

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

TAYNARA SCHAPPO DOS SANTOS

**REFLEXOS TRIBUTÁRIOS DA LEI ROUANET - ART. 18 E 26 NO
RESULTADO DA EMPRESA: Um estudo de caso**

FLORIANÓPOLIS

2016

TAYNARA SCHAPPO DOS SANTOS

**REFLEXOS TRIBUTÁRIOS DA LEI ROUANET - ART. 18 E 26 NO
RESULTADO DA EMPRESA: Um estudo de caso**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Murilo Petri.

FLORIANÓPOLIS

2016

TAYNARA SCHAPPO DOS SANTOS

**REFLEXOS TRIBUTÁRIOS DA LEI ROUANET - ART. 18 E 26 NO
RESULTADO DA EMPRESA: Um estudo de caso**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, obtendo nota média de _____, atribuída pela banca constituída pelos professores abaixo mencionados.

Professor Dr. Marcelo Haendchen Dutra
Coordenador de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca:

Prof. Dr. Sérgio Murilo Petri
Orientador

Prof. Dra. Maria Denize Henrique Casagrande
Membro

Prof. Msc. Lucas Martins Dias Maragno
Membro

Florianópolis, 12 de dezembro 2016.

À minha família, em especial à minha mãe
Nelma, a qual sempre me incentivou nos
estudos, forneceu dedicação, atenção e
carinho.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, pelas oportunidades a mim oferecidas e por guiar-me em todos os caminhos dando-me força para concluir mais esta etapa em minha vida.

À minha mãe, Nelma, que sempre foi minha base, mesmo com suas dificuldades pode dar-me uma educação que hoje agradeço e nunca deixou faltar-me nada.

À minha avó, Maria, que ajudou em minha criação e até hoje tenho carinho e amor imenso.

Ao professor Dr. Loreci João Borges, que inicialmente aceitou-me como orientanda, porém por forças maiores infelizmente teve que se afastar da Universidade. E mesmo passando por obstáculos ainda me forneceu palavras de incentivo e apoio na realização deste trabalho.

Ao professor Dr. Sérgio Murilo Petri, que diante dos imprevistos teve a solidariedade de continuar a me orientar e me ajudar a concluir um dos meus objetivos.

A todas minhas amigas, em especial à Thaise, que tiveram ao meu lado nesse momento, apoiando-me, acreditando, oferecendo palavras de conforto e incentivo para que eu conseguisse finalizar este trabalho o qual é pré-requisito para um sonho maior.

Muito obrigada a todos.

"Um povo sem conhecimento,
saliência de seu passado histórico, origem e
cultura é como uma árvore sem raízes.”.
(Bob Marley)

RESUMO

SANTOS, Taynara Schappo dos. **Reflexos tributários da Lei Rouanet - Art. 18 e 26 no resultado de uma empresa:** Um estudo de caso. 2016, 52 p. Monografia do Curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

É público a todos diante os fatos pesquisados e publicados que a carga tributária no Brasil é alta, em consequência disso empresas vêm buscando meios de economizar. A maneira de poupar por meio de atos lícitos chama-se planejamento tributário. Um planejamento tributário bem feito traz consequências positivas para a vida de uma empresa e contribui para sua continuidade. Os incentivos fiscais federais são uma medida de reduzir ou ‘melhor distribuir’ tais encargos para a empresa. A Lei 8.313/91 chamada de Lei Rouanet, é um tipo de incentivo fiscal federal proposta com objetivo de o governo fomentar a cultura. Tal Lei é uma renúncia fiscal que dispõe a União para pessoas físicas que declararam IR ou pessoas jurídicas tributadas pelo Lucro Real. O presente trabalho tem a proposta de mostrar o reflexo tributário de uma empresa do setor de construção civil ao se beneficiar do incentivo fiscal que a Lei Rouanet dispõe. Este foi elaborado com base na Lei 8.313/91, livros e artigos sobre o tema proposto, e busca mostrar o resultado por meio de simulações comparativas para uma mesma empresa com doação e sem doação. A Lei Rouanet além de incentivar a cultura do País, traz benefícios à própria empresa que contribui de forma indireta pelo *Marketing* que tal meio oferece. A responsabilidade social tema que está em alta nos últimos anos é uma das formas que a empresa pode beneficiar-se também. No contexto geral esta opção afeta positivamente empresas, Estado, sociedade e a cultura a qual é uma categoria de patrimônio comum a todos.

Palavras Chave: Lei Rouanet. Lucro Real. Incentivos Fiscais. Planejamento Tributário.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Alíquota efetiva do IRPJ, Adicional de IRPJ e CSLL.....	17
Quadro 2: Tributos da competência da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.....	23
Quadro 3: Incentivos Fiscais Federais Pessoa Jurídica (Lucro Real).....	28
Quadro 4: Projetos abrangidos pelo art. 18 e art. 26 da Lei Rouanet.....	33
Quadro 5: 10 maiores empresas investidoras em 2015 na Lei Rouanet – Mecenato.....	34
Quadro 6: Trabalhos correlatos.....	35
Quadro: Demonstração de Resultado do Exercício MRV ENGENHARIA 2010 à 2015 – Sem incentivo fiscal da Lei Rouanet.....	37
Quadro 8: Demonstração do cálculo do incentivo fiscal - Lei Rouanet Art. 18.....	39
Quadro 9: Demonstração do cálculo do incentivo fiscal - Lei Rouanet Art. 26 (patrocínio).....	41
Quadro 10: Demonstração do cálculo do incentivo fiscal - Lei Rouanet Art. 26 (doação).....	43
Quadro 11: Comparativo nos resultados entre Art. 18 e Art. 26; doação e patrocínio na empresa MRV ENGENHARIA.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS

BM&FBovespa	- Bolsa de Valores de São Paulo - Bovespa
CF	- Constituição Federal
CIESP	- Centro de Indústrias o Estado de São Paulo
COFINS	- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CSLL	- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CTN	- Código Tributário Nacional
DF	- Distrito Federal
DRE	- Demonstração de Resultado do Exercício
FGTS	- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FICART	- Fundos de Investimentos Culturais e Artísticos
FNC	- Fundo Nacional da Cultura
ICMS	- Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.
IE	- Imposto de Exportação
IGF	- Imposto sobre Grandes Fortunas
II	- Imposto de Importação
ISS	- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
INSS	- Instituto Nacional de Seguro Social
IOF	- Imposto sobre Operações Financeiras
IPI	- Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU	- Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	- Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IR	- Imposto de Renda
IRPJ	- Imposto de Renda Pessoa Jurídica
IRRF	- Imposto de Renda Retido na Fonte
ITBI	- Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
ITR	- Imposto sobre a Propriedade Territorial e Rural
ITCMD	- Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação

LAIR	- Lucro antes do Imposto de Renda
LALUR	- Livro de Apuração do Lucro Real
Minc	- Ministério da Cultura
PF	- Pessoa Física
PJ	- Pessoa Jurídica
PRONAC	- Programa Nacional de Apoio à Cultura
RIR	- Regulamento do Imposto de Renda
STN	- Sistema Tributário Nacional
SALICNet	- Sistema de Apoio às Leis de Incentivo a Cultura.
UNESC	- Universidade do Extremo Sul Catarinense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 TEMA E PROBLEMA	13
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 Objetivo Geral.....	14
1.2.2 Objetivos Específicos.....	14
1.3 JUSTIFICATIVA.....	14
1.4 METODOLOGIA	15
1.4.1 Enquadramentos Metodológicos.....	15
1.4.2 Procedimentos Metodológicos	17
1.5 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA	18
1.6 ORGANIZAÇÕES DA PESQUISA.....	18
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	20
2.1 CONTABILIDADE	20
2.1.1 Contabilidade Gerencial e Contabilidade Financeira.....	20
2.1.2 Contabilidade Tributária	21
2.2 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO	21
2.2.1 Elisão Fiscal X Evasão Fiscal	22
2.3 SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.....	23
2.3.1 Tributos	23
2.5 REGIMES TRIBUTÁRIOS.....	25
2.6 INCENTIVOS FISCAIS FEDERAIS	28
2.6.1 Incentivo Fiscal à Cultura - Lei Rouanet.....	29
2.7 PESQUISAS SIMILARES.....	343
3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	36
3.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS.....	38
3.2 VANTAGENS E DESVANTAGENS DA LEI ROUANET	44

3.3 ANÁLISES DOS RESULTADOS.....	45
4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	47
4.1 QUANTO AO PROBLEMA DE PESQUISA	47
4.2 QUANTO AOS OBJETIVOS DE PESQUISA	47
4.3 LIMITAÇÕES.....	48
4.4 RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS	48
REFERÊNCIA	49

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, um país que possui dimensões territoriais extensas, quase que continental, tem uma cultura diversificada e que concentra povos de todos os lugares do mundo, apresentando uma miscigenação de pessoas, de raças, de línguas, de costumes e de hábitos distintos. É necessário que esta diversificação seja unida e massificada, sendo a cultura um papel importante para a sociedade e para as cidades, já que traz para a sociedade, uma riqueza sem igual nesta união. Assim, o incentivo à cultura é uma responsabilidade social de grande valia, levando em consideração que a mesma deve ser incentivada e apoiada para que não perca seu valor no contexto da união de um povo, buscando harmonia e a integração.

Segundo Estigara; Pereira e Lewis (2009, p.11), responsabilidade social é:

A postura da empresa, norteadas por ações que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, realizadas em decorrência da atenção proporcionada aos interesses das partes com as quais interagem (*stakeholders*), como acionistas, funcionários, prestadores de serviços, fornecedores, consumidores, comunidade, governo, a fim de, por meio de sua atividade, satisfazê-los.

Um dos incentivos fiscais federais é o incentivo à cultura, representado pela Lei 8.313/91, conhecida como Lei Rouanet, que tem como objetivo, o apoio à cultura brasileira. Com esta Lei, a União faculta às empresas de optar para contribuir diretamente às atividades culturais, com o objetivo de ampliar, desenvolver e difundir, destinando uma parcela do Imposto de Renda devido para este incentivo, assim contribuindo para sociedade.

Dentro deste contexto, nota-se comum interesse entre as duas partes envolvidas: o ente governamental, que tem o subsídio necessário para que os objetivos dos programas sejam alcançados (projetos culturais para a sociedade) e o empresarial, que busca alternativas legais para reduzir gastos, buscando melhores resultados e enfatizando à sua imagem diante da sociedade. Com isto possuem ambas as partes, uma distribuição de riqueza mais igualitária, onde se visualiza uma preocupação social, econômica, financeira, etc.

A fim de exibir uma imagem positiva, as empresas buscam, diante de um planejamento tributário, medidas legais para desempenhar funções sociais. Os incentivos fiscais promovidos por todas as esferas governamentais, por meio de Leis e objetivos específicos, devem ser considerados como uma medida eficiente na gestão tributária. Uma vez que, estes têm reflexos positivos, não apenas para imagem da empresa com a sociedade consumidora de seus produtos e serviços, mas também geram benefícios às mesmas, na esfera federal, para fins de IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, da CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Inclusive gera benefícios para o meio social em que está inserida, como forma de uma redistribuição de riqueza em áreas que as esferas

governamentais não alcançam.

1.1 TEMA E PROBLEMA

A responsabilidade empresarial está cada vez mais presente na sociedade atual. Com isso empresas vêm buscando formas eficazes para interação com a sociedade, em contrapartida, destacando e fortalecendo seu nome no mercado. Uma opção interessante para as empresas que buscam esta interação é o incentivo fiscal proporcionado pela União, a Lei Rouanet, uma das principais fontes de recursos dos programas de incentivos a cultura no Brasil.

A finalidade da Lei Rouanet, segundo Latorraca (1998, p.214 *apud* IZIDORO; JACINTO, 2015, p.111) é “captar e canalizar recursos para o setor, a ser implementado através do Fundo Nacional de Cultura (FNC); dos Fundos de Investimentos Cultural e Artístico (FICART); e de incentivos a projetos culturais”. Por meio das doações e patrocínios vindos das empresas, além de apoiar as ações culturais, levando cultura à população, as empresas ganham benefícios e podem deduzir sua contribuição (doações e patrocínios) do Imposto de Renda devido.

Alguns benefícios agregados para a empresa investidora são:

- Possibilidade de agregar valor à marca por meio do apoio a uma iniciativa que valoriza a cultura na cidade, promove o desenvolvimento cultural e gera aproximação com a comunidade (mostrar-se realmente sustentável);
- Possibilidade de aproximar o relacionamento com clientes e atrair novos clientes por meio do vínculo da sua marca com projetos de valor;
- Projeção da marca da empresa nos materiais de divulgação dos projetos.

(FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA, 2016)

Além de aumentar o valor da sua marca, exercendo cidadania no intuito de efetivar a responsabilidade social, as organizações desenvolvem valores e práticas com efeitos positivos em seus resultados. Contudo, é necessário um planejamento tributário conciso, a fim de analisar de que forma os valores despendidos (doações e patrocínios) pelas empresas podem ser abatidos no Imposto de Renda devido.

Diante disso, busca-se responder a seguinte questão: **Quais os reflexos tributários no resultado da empresa que usufrui do incentivo fiscal da Lei Rouanet nos Arts. 18 e 26?**

1.2 OBJETIVOS

Este tópico tem a finalidade de estabelecer os objetivos a serem alcançados para obter a resposta da questão do problema.

1.2.1 Objetivo Geral

Demonstrar os reflexos tributários no resultado da empresa que usufrui do incentivo fiscal da Lei Rouanet nos Arts. 18 e 26.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral, consideram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Coletar as informações presentes nas Demonstrações do Resultado do Exercício de uma empresa listada na BM&FBovespa, dentre os anos de 2010 a 2015.
- b) Simular, na modalidade patrocínio, o incentivo fiscal nas Demonstrações do Resultado do Exercício de uma empresa listada na BM&FBovespa, dentre os anos de 2010 a 2015.
- c) Simular, na modalidade doação, o incentivo fiscal nas Demonstrações do Resultado do Exercício de uma empresa listada na BM&FBovespa, dentre os anos de 2010 a 2015.
- d) Identificar as vantagens e desvantagens dos incentivos fiscais nas Demonstrações do Resultado do Exercício de uma empresa listada na BM&FBovespa, dentre os anos de 2010 a 2015.

1.3 JUSTIFICATIVA

O principal objetivo de uma empresa, com fins lucrativos, é um bom rendimento financeiro, econômico e patrimonial, para isso, a imagem da empresa é de fundamental importância no contexto da obtenção de resultados positivos no *marketing* de seus produtos e em sua marca no mercado, onde diante desta realidade de mercado, cada vez mais empresas vêm buscando meios para interagir com a sociedade e demonstrar a responsabilidade social.

Visando uma obtenção de lucro, os gestores da organização efetuam uma elisão fiscal plena, dentro dos princípios e de meios legais para ter bons resultados, sendo assim, os

incentivos fiscais é considerado um meio de responsabilidade social empresarial. O planejamento tributário tem papel importante neste tocante, de tal forma a possibilitar a escolha da alternativa menos onerosa, e meios legais para beneficiar-se.

Com o apoio aos incentivos fiscais as empresas conseguem benefícios tributários por meio das destinações na forma de doações e patrocínios aos projetos existentes, bem como vantagens indiretas, pois o incentivo torna-se uma peça de *marketing* para tal empresa, já que demonstra importância da mesma com a sociedade que a cerca.

A partir do assunto proposto, a pesquisa apresenta importante matéria para contadores, empresários, tributaristas e pretende reforçar a importância dos incentivos fiscais, bem como a importância de um planejamento tributário. Em que se podem notar os reflexos das destinações aos projetos culturais por meio da Lei Rouanet e todos os benefícios adquiridos para empresa por meio do *Marketing* que este incentivo proporciona.

1.4 METODOLOGIA

Nesta seção serão abordados os enquadramentos e procedimentos metodológicos da pesquisa a fim de atingir os objetivos do estudo. Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 12) "metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência"

1.4.1 Enquadramentos Metodológicos

Quanto aos objetivos, esta pesquisa é classificada como descritiva, de acordo com Gil (2002, p. 131) "as pesquisas descritivas têm como objetivo básico descrever as características de populações e de fenômeno".

No que tange aos instrumentos, a pesquisa é considerada um estudo de caso, dado que foi escolhida uma empresa de capital aberto para análise dos resultados. Segundo Vieira, e Moraes, (2014, p. 36), estudo de caso:

É a seleção de um ou mais objetos de estudo que permitam o aprofundamento dos fatores determinantes do fenômeno social ou natural de interesse da pesquisa. Esta categoria de pesquisa pode ter caráter multicaso sempre que envolver objetivos diferentes, para os quais são utilizadas variáveis comuns.

No estudo realizado foram utilizadas as Demonstrações do Resultado do Exercício da empresa MRV Engenharia no período de 2010 à 2015, empresa de capital aberto a qual está listada na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA). A MRV Engenharia e

Participações S.A. ("MRV" ou "Companhia") são a maior incorporadora e construtora brasileira no segmento de empreendimentos residenciais populares em número de unidades incorporadas e cidades atendidas. A Companhia tem 36 anos de atuação com foco nas classes populares. A larga experiência e estrutura operacional da Companhia lhe permite combinar uma atuação voltada para o segmento de empreendimentos residenciais econômicos com boa rentabilidade (MRV, 2016).

Quanto à abordagem da pesquisa esta é considerada qualitativa, de acordo com Richardson (1999, p. 80 *apud* BAUREN 2009, p. 91):

Uma análise qualitativa tem como objeto situações complexas ou estritamente particulares. Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Segundo Gil (1999, p. 73) salienta que “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetivos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados”.

Conforme Goldenberg (1999), em estudos de caso o pesquisador deve estar preparado para lidar com uma grande variedade de problemas teóricos, e também, para reorientar seu estudo é freqüente que surjam novos problemas que não estavam previstos no início da pesquisa e que se tornam mais relevantes do que as questões formuladas inicialmente.

De acordo com Gil (1994, p. 79) o estudo de caso possui as seguintes potencialidades:

- a proximidade que permite ao pesquisador com os fenômenos estudados;
- a possibilidade de aprofundamento das questões levantadas, do próprio problema e de obtenção de novas e úteis hipóteses;
- a investigação do fenômeno dentro de seu contexto real;
- a grande capacidade de levantar informações e proposições para serem estudadas à luz de métodos mais rigorosos de experimentação;
- Também, segundo o mesmo autor, o método do estudo de caso também apresenta algumas limitações;
- os estudos de caso não permitem generalizações das conclusões obtidas no estudo para toda a população, tendo em vista focalizar a sua atenção em poucas unidades do universo;
- a visão que fornece quanto ao processo/situação se limita ao caso estudado;
- o estudo depende da cooperação e da boa vontade das pessoas que são fontes de informação;

os estudos de caso são mais suscetíveis a distorções, tanto no que se refere à possibilidade de indução dos resultados por parte do pesquisador, que pode escolher os casos que tenham os atributos específicos que ele deseja, como no que se refere ao tipo de documentos que são disponibilizados ou ocultados.

Desta maneira o escolheu aleatoriamente a MRV Construtora sendo que, os dados foram extraídos do site da BMF&FBOVESPA e poderá analisar os itens pesquisados e aplicá-los da melhor maneira possível.

1.4.2 Procedimentos Metodológicos

Como instrumento de pesquisa foi escolhido a empresa MRV Engenharia e Participações S.A. listada na Bovespa, a qual foi retirada as demonstrações contábeis de 2010 até 2015 para análise. A escolha se deu pela responsabilidade social apresentada pela empresa. A Companhia está investindo fortemente na educação, contribuindo para a erradicação do analfabetismo em suas obras. No ano de 2015 alcançamos a marca de 97 escolas de alfabetização e capacitação implantadas nos canteiros de obras da MRV, com mais de 2.000 alunos (MRV, 2016).

A empresa possui desde 2014 o Instituto MRV, que tem como objetivo ampliar as ações já promovidas pela Companhia, alcançando um número maior de parceiros e abrindo a possibilidade de participação da sociedade civil e empresarial nessa iniciativa. Fruto da nossa vontade genuína em trabalhar de forma ativa e eficaz nas áreas sociais e ambientais, o Instituto é um instrumento de desenvolvimento e inclusão social da população brasileira.

Os dados apresentados nos resultados da companhia foram transcritos para o Excel com a finalidade de poder atingir os objetivos específicos de simular nas formas ‘sem incentivo’ e ‘com incentivo’, assim foram evidenciados os impactos gerados pelos incentivos fiscais que a Lei Rouanet dispõe.

Quadro 1 - Alíquota efetiva do IRPJ, Adicional de IRPJ e CSLL

Descrição	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	698.596	814.651	499.053	606.276	902.617	760.498
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-103.242	-63.251	-48.858	-31.439	-86.326	-85.299
Alíquota efetiva do IRPJ, Adicional de IRPJ e CSLL	14,78%	7,76%	9,79%	5,19%	9,56%	11,22%

Fonte: Adaptado das demonstrações contábeis da MRV S.A. extraída do site da BM&FBOVESPA

Dado que o acesso a empresa foi por meio do site da Bovespa, não se obteve acesso ao LALUR (Livro de Apuração do Lucro Real), deste modo foi necessário inferir uma alíquota efetiva para cálculo do IRPJ, Adicional de IRPJ e CSLL, conforme o Quadro 1.

1.5 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA

Este tópico tem o objetivo de determinar os limites a serem pesquisados no presente trabalho. Os incentivos fiscais a serem estudados nesta monografia, tratam-se exclusivamente àqueles destinados aos aspectos culturais. Portanto terá enfoque na Lei Federal 8.313, de 23 de dezembro de 1991, artigos nº 18 e nº 26, esta conhecida como Lei Rouanet.

O incentivo fiscal mencionado neste trabalho, de acordo com a legislação vigente até 2016, aborda apenas as pessoas jurídicas tributadas pelo Lucro Real com enfoque na simulação de casos nos resultados da empresa MRV Engenharia dentre os períodos de 2010 à 2015.

1.6 ORGANIZAÇÕES DA PESQUISA

Com a finalidade de organizar o presente trabalho, este está estruturado em quatro capítulos divididos em subseções.

O primeiro capítulo é composto pela introdução, que tem objetivo de apresentar aos leitores o trabalho em questão. Este capítulo é subdividido pela exposição do tema e problema da pesquisa, após tem-se os objetivos gerais e específicos, a justificativa do estudo, a metodologia aplicada e por último a organização do trabalho.

No segundo capítulo tem-se a fundamentação teórica, onde se busca apresentar conceitos e legislação pertinente do assunto proposto, assim como abordar as formas de Incentivos Fiscais da Lei Rouanet.

O terceiro capítulo está destinado à verificação dos resultados, onde serão analisados os reflexos tributários gerados pela Lei Rouanet. E por fim, no quarto capítulo serão apresentadas as considerações finais do trabalho e sugestões para trabalhos futuros.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONTABILIDADE

A contabilidade é suma importância no desenvolvimento do ser humano, por se tratar de um instrumento de controle e de aferição patrimonial. Esta teve seu desenvolvimento associado ao surgimento do capitalismo, que necessitava do controle para mensurar os ganhos e perdas de investimentos em relação às atividades comerciais e/ou industriais.

Segundo Marion (2009, p.25):

A contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisão. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou de comunicados que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.

Sendo assim, a contabilidade tem como objeto de estudo o patrimônio e sua finalidade é representar a situação econômico-financeira de determinada organização em um dado período de tempo. A função da contabilidade, como ciência social aplicada, é de gerar informações úteis para tomada de decisão de seus usuários em geral.

Diante do desenvolvimento humano e da expansão patrimonial e financeira das pessoas físicas e jurídicas, e diante da necessidade da obtenção das informações precisas, a contabilidade foi se expandindo e teve a necessidade de subdividi-la em segmentos como: contabilidade gerencial, financeira, tributária, de custos, entre outras.

2.1.1 Contabilidade Gerencial e Contabilidade Financeira

Um dos objetivos característico das empresas é visar o lucro. Para alcançar este objetivo é preciso o gestor (usuário interno) tomar decisões com a menor margem de erro, então, é que a contabilidade gerencial tem seu papel. Esta tem o objetivo de auxiliar os gestores, por meio das demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados do Período, Fluxo de Caixa, etc.), a tomar decisões corretas visando à vitalidade da empresa.

Segundo Iudícibus (1986, p. 5):

A contabilidade gerencial pode ser caracterizada, superficialmente, como um enfoque especial conferido a várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na contabilidade financeira, na contabilidade de custos, na análise financeira e de balanços etc., colocados numa perspectiva diferente, num

grau de detalhe mais analítico ou numa forma de apresentação e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes das entidades em seu processo decisório.

Em contrapartida à contabilidade gerencial, tem-se a contabilidade financeira. Sendo a primeira responsável por fornecer auxílio aos usuários internos (gestores em vários níveis), a segunda oferece suporte também aos usuários externos (investidores, bancos, etc.).

Diferente da contabilidade gerencial, a financeira tem foco na análise do passado. Possibilitando a comparação dos demonstrativos contábeis, onde se pode perceber o desenvolvimento da empresa, assim como a situação econômica e financeira no mercado. Estes indicativos, que tem como objetivo auxiliar os usuários em suas decisões.

2.1.2 Contabilidade Tributária

A contabilidade tributária, segundo Fabretti (2009, p. 5) “é o ramo da contabilidade que tem por objetivo aplicar na prática os conceitos, princípios e normas básicas da contabilidade e da legislação tributária, de forma simultânea e adequada.”

É na contabilidade tributária que faz a adequada aplicação das leis que se referem aos tributos. Esta envolve a observação de todas as questões relacionadas à possibilidade de incidência da lei.

Do ponto de vista empresarial, a contabilidade tributária tem como função visar à economia legal dos tributos além de atender a legislação em vigor. De modo a obter maiores lucros já que muitas empresas despendem quantias desnecessárias ou contraem multas, decorrente da má aplicação da legislação tributária.

Por esse motivo o contador, deve-se manter sempre atualizado, visto que, a legislação tributária é um ramo em constante modificação. O que pode causar caso não observado as devidas mudanças, prejuízos para empresa.

2.2 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

O planejamento tributário é muito importante para obter bons resultados das empresas, tem como objetivo, estudar, analisar e projetar as formas possíveis de tributação de determinada empresa. Sendo assim, escolher a forma mais vantajosa para empresa, ou seja, a que visa ser menos onerosa. Desta forma o planejamento tributário tem caráter preventivo.

Segundo Fabretti (2009, p. 8) “o estudo feito preventivamente, ou seja, antes da realização do fato administrativo, pesquisando-se seus efeitos jurídicos e econômicos e as

alternativas legais menos onerosas, denomina-se Planejamento Tributário”.

Considerando que as empresas são heterogêneas, deve-se analisá-las individualmente, sendo que cada empresa tem características particulares, o que é bom para empresa de um ramo, pode não ser bom para empresa de outro ramo, por exemplo. Logo o planejamento tributário deve ser feito com foco na empresa em questão, obedecendo à legislação tributária.

Na prática, um planejamento tributário que visa à redução de tributos acontece de duas maneiras: de forma legal chamado de elisão fiscal ou de forma ilegal denominado de evasão fiscal.

2.2.1 Elisão Fiscal X Evasão Fiscal

O planejamento tributário que visa à economia dos tributos exclusivamente de forma legal é chamado de Elisão Fiscal. Ao contrário, a economia de tributos de forma ilegal é chamada evasão fiscal, o que coloca a organização em risco de sanções fiscais.

Segundo Fabretti (2009, p.8) “o planejamento tributário preventivo (antes da ocorrência do fato gerador do tributo) produz a elisão fiscal, ou seja, a redução da carga tributária dentro da legalidade”. O autor enfatiza a prevenção que a redução da carga tributária é extremamente eficaz e sem riscos se utilizarmos a elisão fiscal.

A evasão fiscal, segundo Huck (apud OLIVEIRA, 2009, p. 192), "pode ser conceituada como toda e qualquer ação ou omissão tendente a elidir, reduzir ou retardar o cumprimento de obrigação tributária". O autor nos relata que o planejamento tributário é obtido por meio da evasão fiscal, ou seja, meios ilícitos.

Toda organização tem o poder de se organizar, sobretudo no âmbito fiscal, para quantificar os desembolsos advindos da parte tributária e escolher dentre todos os regimes cabíveis pelo qual a empresa deseja optar visando menos gastos. Sendo assim a elisão fiscal é o procedimento totalmente benéfico para empresa. Este planejamento requer pessoas com experiência e atualizadas em relação à legislação tributária que está sempre em mudanças.

Muito comum na prática, porém ilegal, é a evasão fiscal. No qual empresas buscam economia por meio de atos proibidos em lei, como exemplo: sonegação fiscal, fraude, simulação não correspondentes aos fatos reais. Esta opção de economia de tributos pode causar grandes prejuízos ao desenvolvimento de uma empresa, pois está sujeita a graves penalidades.

2.3 SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

O Sistema Tributário Nacional é formado por um conjunto de regras jurídicas que tem por objetivo disciplinar um conjunto de tributos instituídos em um País por meio de princípios e normas que os regulam. De acordo com Santos apud Oliveira (2009, p. 56)

Sistema tributário é o conjunto estruturado e lógico dos tributos que compõem o ordenamento jurídico, bem como das regras e princípios normativos relativos à matéria tributária. Os conceitos e institutos que o compõem jamais devem ser vistos de forma estática, mesmo por que eles devem ser aplicados em um conjunto dinâmico constituído pela realidade social, sistêmica econômica e critério de justiça.

Sendo assim, de acordo com autores citados, o Sistema Tributário Nacional é o meio que integra todos os tributos, normas e princípios que tem o objetivo de disciplinar a gestão tributária do Estado.

2.3.1 Tributos

Os tributos são determinados pela legislação, a fim de fazer frente aos gastos públicos e são determinados segundos os critérios estabelecidos dentro de uma finalidade específica. O Código Tributário Nacional, no artigo 3º, traz a definição de tributo como sendo: “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.”

Dessa forma, pode-se entender de maneira mais clara, que tributo é a entrega de dinheiro do particular ao Estado, de forma obrigatória, mediante a prática e ato lícito, quando este for criado por lei. Com a obrigação tributária estabelecida, mediante ao fato gerador, tem-se o sujeito ativo e o sujeito passivo.

De acordo com art. 119 do CTN “ Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento, ou seja, é o Estado, subdividido em 3 níveis de governo: União Federal, Estados Federados, e Municípios”.

Em contrapartida ao sujeito ativo, tem-se o sujeito passivo, que de acordo com art. 121 do CTN define “Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária. O sujeito passivo pode ser considerado o próprio contribuinte ou responsável. Contribuinte é “quando o sujeito passivo possui uma relação pessoal e direta com a situação que originou o fato gerador”(OLIVEIRA,2009, p. 54).)

E o responsável é “quando o sujeito passivo não possui uma relação pessoal e direta com a situação que originou o fato gerador” (OLIVEIRA,2009, p. 54), ou seja, não é

contribuinte mas adquiriu obrigação em virtude do fato previsto em lei, como exemplo tem-se o filho menor de idade que gerou a obrigação tributária, porém seu pai é o responsável, no caso responde como sujeito passivo da relação tributária.

Os tributos são divididos em cinco espécies tributárias, as quais são: impostos, taxas, contribuições de melhorias, contribuições especiais e empréstimos compulsórios.

Os impostos são determinados e instituídos dentro de uma necessidade do ente federativo, sem uma contraprestação de serviço, mas para atender o custeio. Conforme o Art. 16º do CTN, “Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte”.

Impostos servem para suprir os custeios em geral, ou seja, a verba arrecadada por este meio é vinculada ao “bolo do orçamento” para fins das despesas gerais visando o bem comum. O Quadro 2 abaixo demonstra os impostos inerentes a cada ente institucional.

Quadro 2 - Tributos da competência da União, Estados, Distrito Federal e Municípios

UNIÃO	ESTADOS E DF	MUNICÍPIOS
II - Imposto sobre Importação	ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços	ISS - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza
IE - Imposto sobre Exportação	IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	ITCMD - Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação	ITBI - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras		
IR - Imposto de Renda		
ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial e Rural		
IGF - Imposto sobre Grandes Fortunas		

Fonte: Adaptado do Código Tributário Nacional

O Quadro 2 indica por meio dos artigos da Constituição Federal e regulamentado pelo Código Tributário Nacional a competência de cada ente federativo, a fim de determinar a sua instituição para fazer frente aos gastos públicos.

As taxas são instituídos quando o ente governamental dispõe ao usuário um serviço, ou seja, taxas são instituídas com finalidades específicas. O Código Tributário Nacional no Art. 77 define:

As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, tem como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

As taxas diferentes dos impostos têm o propósito, por meio de sua cobrança, oferecer uma contraprestação ao contribuinte, mediante o fornecimento de serviços prestados pelo Estado. São exemplos: taxa de coleta de lixo, taxa de água e esgoto, taxa de alvará, entre outros.

As Contribuições de Melhorias são instituídas quando o ente governamental, diante da necessidade de ampliação ou criação de obras públicas, necessita de aporte de capital.

A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado (Art. 81 do CTN).

Como se pode verificar, a contribuição de melhoria, propõe a valorização imobiliária do patrimônio. Temos como exemplo: pavimentação, túneis, iluminação, etc.

As Contribuições Especiais também chamadas de Contribuições Federais, pois são tributos cobrados exclusivamente pela União, com finalidade de subsidiar a Seguridade Social e atividades paraestatais, que são entes privados que exercem atividade de interesse público ao lado do estado. De acordo com a Constituição Federal de 88 Art. 149:

Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.

Exemplos de contribuição especial são: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Sobre Lucro Líquido (CSLL), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), etc.

Por fim, os Empréstimos Compulsórios são tributos assegurados em lei, para casos excepcionais, tais como: guerra externa, calamidade pública. Ou seja, é um tributo para custear despesas extraordinárias e é vinculado à despesa que fundamentou sua instituição (CF/88 Art. 148).

2.5 REGIMES TRIBUTÁRIOS

O regime tributário brasileiro é constituído por quatro modalidades, e cada uma com legislação e procedimentos regulamentados específicos: Simples Nacional, Lucro Presumido,

Lucro Real e Lucro Arbitrado. Sendo a modalidade de apuração pelo Lucro Arbitrado é aplicado em casos excepcionais.

Para enquadrar a empresa em alguma dessas modalidades são observados diversos fatores peculiares da organização, tais como: porte da empresa, área de atuação, objetivos da empresa, etc. Estas particularidades em questão nos levam a uma análise e estimativa da melhor modalidade que se enquadra para a empresa, considerando um planejamento tributário elemento importante para tomada desta decisão.

Neste trabalho é evidenciado apenas o regime tributário do Lucro Real, visto que este tem a finalidade de tratar do incentivo fiscal federal à cultura, os quais somente empresas na modalidade de apuração tributária pelo Lucro Real podem deduzir estas doações dos valores devidos do Imposto de Renda.

2.5.1 Lucro Real

Lucro Real é a regra geral quanto à forma de tributação para pessoa jurídica, neste regime leva-se em conta a escrituração contábil em conformidade com os princípios contábeis.

De acordo com Art. 247 - Regulamento do Imposto de Renda - RIR - Decreto 3000/99 “Lucro real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas por este Decreto”, ou seja, a base de cálculo para o Imposto de Renda é o lucro líquido ajustado com as devidas exclusões ou adições, conforme legislação, este denominado de lucro fiscal. As adições são definidas no RIR/99 como:

Art. 249 - Na determinação do lucro real serão adicionados ao lucro líquido do período de apuração: I - os custos, despesas, encargos, perdas, provisões, participações e quaisquer outros valores deduzidos na apuração do lucro líquido que, de acordo com este Decreto, não sejam dedutíveis na determinação do lucro real; 28 II - os resultados, rendimentos, receitas e quaisquer outros valores não incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com este Decreto, devam ser computados na determinação do lucro real. (Decreto-Lei nº 1.598/77, art. 6º § 2º).

Já as exclusões de acordo com RIR/99 define:

Art. 250. Na determinação do lucro real, poderão ser excluídos do lucro líquido do período de apuração. (Decreto-Lei nº 1.598/77, art. 6º § 3º): I - os valores cuja dedução seja autorizada por este Decreto e que não tenham sido computados na apuração do lucro líquido do período de apuração; II - os resultados, rendimentos, receitas e quaisquer outros valores incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com este Decreto, não sejam computados no lucro real; III - o prejuízo fiscal apurado em períodos de apuração anteriores, limitada a compensação a trinta por cento do lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas neste Decreto, desde que a pessoa jurídica mantenha os livros e documentos, exigidos pela legislação fiscal, comprobatórios do prejuízo fiscal utilizado para compensação, observado o disposto nos arts. 509 a 515. (Lei nº 9.065/95, art. 15 parágrafo único).

Depois de realizar os devidos ajustes, com base no lucro antes do imposto de renda, é que se encontra a base de cálculo para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL). Para fins do IRPJ aplica-se então a alíquota de 15% sobre a base de cálculo (Art. 54 do RIR/99). Ainda observa-se na legislação a obrigatoriedade do adicional de 10% para o IRPJ quando ultrapassar o limite determinado em lei.

Art. 542 - A parcela do lucro real, presumido ou arbitrado que exceder o valor resultante da multiplicação de vinte mil reais pelo número de meses do respectivo período de apuração, se sujeita à incidência de adicional de imposto à alíquota de dez por cento. (Lei nº 9.249/95, art. 3º § 1º e Lei nº 9.430/96, art. 4º). § 4º - O adicional será pago juntamente com o imposto de que trata o art. 541. (Decreto-Lei nº 1.967/82, art. 24 § 3º)

Ou seja, conforme citação a cima, a parcela que exceder R\$: 20.000,00 do número de meses do período apurado, sobre a base de cálculo sofrerá um acréscimo de 10% além da alíquota base e 15%.

Existem duas formas quanto ao período de apuração no lucro real: Balanço anual ou balanço trimestral. No balanço trimestral, é feito a apuração do IRPJ e CSLL com base no balanço de cada trimestre, ou seja: 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro, podendo o imposto ser pago em até três quotas mensais subsequente ao encerramento do trimestre, sendo que o valor mínimo seja de R\$: 1.000,00 cada parcela e com acréscimo de juros a partir da segunda parcela. (Art. 230 e 856, RIR/99)

Já o período de apuração pelo balanço anual, compreende o período de janeiro à dezembro de cada ano, sendo que a empresa deve pagar mensalmente o IRPJ e CSLL com base na estimativa calculada. Este pode ser baseado na receita bruta (na forma do lucro presumido) ou com base nos balancetes contábeis mensais de suspensão ou redução. No balancete de suspensão é quando o imposto pago até a data do balancete é superior ou igual ao realmente devido. Já o de redução é quando por meio do balancete percebe-se que o valor apurado do imposto menos o valor já pago é inferior ao cálculo pela estimativa de receita bruta(lucro presumido) (Art. 230, RIR/99). Conforme disposto no Art. 35 da Lei nº 8,981/95:

A pessoa jurídica poderá suspender ou reduzir o pagamento do imposto devido em cada mês, desde que demonstre, por meio de balanços ou balancetes mensais, que o valor acumulado já pago excede o valor do imposto, inclusive adicional, calculado com base no lucro real do período em curso.

§ 1º Os balanços ou balancetes de que trata este artigo:

- a) deverão ser levantados com observância das leis comerciais e fiscais e transcritos no livro Diário;
- b) somente produzirão efeitos para determinação da parcela do Imposto de Renda e da contribuição social sobre o lucro devidos no decorrer do ano-calendário.

§ 2º Estão dispensadas do pagamento de que tratam os arts. 28 e 29 as pessoas jurídicas que, por meio de balanço ou balancetes mensais, demonstrem a existência de prejuízos fiscais apurados a partir do mês de janeiro do ano-calendário.

§ 3º O pagamento mensal, relativo ao mês de janeiro do ano-calendário, poderá ser efetuado com base em balanço ou balancete mensal, desde que neste fique demonstrado que o imposto devido no período é inferior ao calculado com base no disposto nos arts. 28 e 29.

O Art. 231 do RIR/99 prevê que se houver IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre receitas tributáveis, este poderá ser deduzido do IRPJ a pagar devidamente apurado. Pode-se deduzir também do IRPJ a pagar à parcela relativa ao incentivo fiscal optado pela empresa. Conforme previsto no art. 5º da Lei 9.532/97, a dedução do imposto de renda relativa aos incentivos fiscais, para as empresas, não poderá exceder 4% - limite geral (Lei Rouanet - Art. 18 e 26 - Audiovisuais: Investimento direto e FUNCINES e Patrocínio e Programas Especiais) do IRPJ devido.

2.6 INCENTIVOS FISCAIS FEDERAIS

O incentivo fiscal federal é uma forma de o governo fomentar determinadas atividades sociais por meio da renúncia fiscal. O Estado (sujeito ativo) permite que o investidor (sujeito passivo) deduza do imposto de renda a pagar, parte do valor destinado à doação. Esta permissão com base legal tem nome técnico de extrafiscalidade, que significa uso do imposto para outros fins, e tem como objetivo incentivar determinadas atividades (FABRETTI, 2007, p. 280).

A prática dos incentivos fiscais abrange diversas partes envolvidas. O governo, que por meio da renúncia fiscal estimula o suporte e desenvolvimento de determinadas atividades. Também a empresa, que por meio da destinação obtém resultados positivos na sua gestão tributária, além de diversos benefícios indiretos como o *marketing* e a entidade que recebe suporte para tal fim.

Quadro 3. Incentivos Fiscais Federais

INCENTIVO	ÁREA DE ATUAÇÃO	LIMITE	RECUPERAÇÃO DO IR
Fundo nacional do Idoso	Idoso	1%	100%
Funcriança	Criança e adolescente	1%	100%
Lei Rouanet:	Cultura	4%	
Art. 18			100%
Art. 26 - Doações			40%
- Patrocínios			30%
Desportos	Esporte	1%	100%
Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD)	Apoio ao deficiente físico	1%	100%
Programa Nacional de	Combate ao câncer	1%	100%

Apoio à Atenção Oncológica(Pronon)			
Vale-Cultura	Funcionários/ cultura	1%	100%

Fonte: Adaptado de Cartilha dos Incentivos Fiscais (2016).

O Quadro 3 demonstra para fins de conhecimento, alguns dos incentivos fiscais de competência Federal, ou seja, incentivos fiscais que envolvem o tributo Imposto de Renda. Também é demonstrados no Quadro 2 os limites máximos permitidos para dedução do imposto de renda devido e deste limite a recuperação do IR.

Nesta pesquisa, somente foram tratados os incentivos à cultura, porém existem diversos outros incentivos que devem ser levados em consideração para o limite da dedução como despesas, embora o valor das doações não tenha limite.

2.6.1 Incentivo Fiscal à Cultura - Lei Rouanet

O incentivo fiscal à cultura no Brasil é praticado há muito tempo, desde 1986 no governo de José Sarney quando foi sancionada a Lei 7.505 conhecida como Lei Sarney. Esta teve muitas críticas por não exigir aprovação técnica dos projetos e não diferenciar aquelas que realmente precisavam de incentivo. A Lei Sarney vigorou até 1990 que foi revogada pelo presidente Fernando Collor de Melo, este também acabou com o Ministério da Cultura, o que gerou muita revolta, mobilização e reivindicação por uma nova Lei de incentivo. Em 1991, Collor retomou o processo de incentivo cultural aprovando a Lei 8.313, chamada de Lei Rouanet, elaborada pelo então secretário da cultura Sérgio Paulo Rouanet (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2016).

A Lei 8.313 chamada de Lei Rouanet conhecida por se tratar dos incentivos fiscais à cultura, instituída em 23 de dezembro de 1991 no governo de Fernando Collor, tem o objetivo de proporcionar às empresas a oportunidade de participarem de projetos culturais em todo o País. Esta lei, de competência federal institui o Programa de Apoio à Cultura (PRONAC), que tem o objetivo de estabelecer as normas dos recursos que fomentam o incentivo cultural. Conforme Art. 1º a Lei 8.313/91:

Fica instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor de modo a:

- I - contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais;
- II - promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais;
- III - apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores;
- IV - proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira

- e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional;
- V - salvaguardar a sobrevivência e o florescimento dos modos de criar, fazer e viver da sociedade brasileira;
- VI - preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro;
- VII - desenvolver a consciência internacional e o respeito aos valores culturais de outros povos ou nações;
- VIII - estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal, formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória;
- IX - priorizar o produto cultural originário do País.

O PRONAC será realizado pelo Fundo Nacional da Cultura (FNC); Fundo de Investimento Cultural e Artístico (FICART) e Incentivo a projetos culturais (Art. 2º da Lei 8.313/91).

2.6.1.1 Fundo Nacional da Cultura (FNC)

O Fundo Nacional da Cultura criado pelo PRONAC tem natureza contábil, e sua finalidade conforme Art. 4º da lei 8.313/91 é:

captar e destinar recursos para projetos culturais compatíveis com as finalidades do Pronac e de:

- I - estimular a distribuição regional equitativa dos recursos a serem aplicados na execução de projetos culturais e artísticos;
- II - favorecer a visão interestadual, estimulando projetos que explorem propostas culturais conjuntas, de enfoque regional;
- III - apoiar projetos dotados de conteúdo cultural que enfatizem o aperfeiçoamento profissional e artístico dos recursos humanos na área da cultura, a criatividade e a diversidade cultural brasileira;
- IV - contribuir para a preservação e proteção do patrimônio cultural e histórico brasileiro;
- V - favorecer projetos que atendam às necessidades da produção cultural e aos interesses da coletividade, aí considerados os níveis qualitativos e quantitativos de atendimentos às demandas culturais existentes, o caráter multiplicador dos projetos através de seus aspectos sócio-culturais e a priorização de projetos em áreas artísticas e culturais com menos possibilidade de desenvolvimento com recursos próprios.

Os recursos adquiridos pelo FNC somente serão destinados aos projetos culturais após a aprovação técnica de tais projetos pelo Ministério de Estado da Cultura. Contudo os projetos aprovados serão acompanhados pelas entidades supervisionadas (Art. 4º da Lei 8.313/91), sendo que “O FNC financiará até oitenta por cento do custo total de cada projeto, mediante comprovação, por parte do proponente...” (Art. 6º da Lei 8.313/91).

2.6.1.2 Fundos de Investimento Cultural e Artístico (FICART)

O FICART (Fundos de Investimento Cultural e Artístico) instituído pela Lei Rouanet,

tem objetivo de adquirir recursos para projetos culturais e artísticos, porém o mesmo desde que foi criado não foi utilizado. De acordo com o artigo 9 da Lei 8.313/91 são considerados projetos culturais para este fim:

- I a produção comercial de instrumentos musicais, bem como de discos, fitas, vídeos, filmes e outras formas de reprodução fonovideográficas;
- II a produção comercial de espetáculos teatrais, de dança, música, canto, circo e demais atividades congêneres;
- III a edição comercial de obras relativas às ciências, às letras e às artes, bem como de obras de referência e outras de cunho cultural;
- IV construção, restauração, reparação ou equipamento de salas e outros ambientes
- V destinados a atividades com objetivos culturais, de propriedade de entidades com fins lucrativos;
- VI outras atividades comerciais ou industriais, de interesse cultural, assim consideradas pelo Ministério da Cultura.

Ou seja, o FICART está previsto com a intenção de contribuir com as questões de infraestruturas como, por exemplo, construção de casas de teatro, espetáculos, musicais, etc. E seria formado por recursos do mercado financeiro conforme Art. 10 da Lei 8.313/91.

2.6.1.3 Incentivos a projetos culturais - Mecenato

O incentivo a projetos culturais também chamado de Mecenato tem o objetivo de estimular o apoio à cultura do setor privado. Este também é conhecido como renúncia fiscal, onde o proponente apresenta sua proposta ao Ministério da Cultura, esta proposta se for aprovada de acordo com os requisitos estabelecidos, é autorizada a captar recursos para sua realização. Tais recursos são provenientes das pessoas físicas que pagam IR ou pessoa jurídica tributada pelo lucro real.

Os valores destinados para este fim seja por meio de patrocínio ou doação são autorizados pela União a descontar da parcela devida do IR a pagar, o limite é 4% para pessoa jurídica e 6% para pessoa física. A lei traz a diferença entre patrocínio e doação. De acordo com Art. 23 da Lei 8.313/91:

patrocínio: a transferência de numerário, com finalidade promocional ou a cobertura, pelo contribuinte do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, de gastos, ou a utilização de bem móvel ou imóvel do seu patrimônio, sem a transferência de domínio, para a realização, por outra pessoa física ou jurídica de atividade cultural com ou sem finalidade lucrativa prevista no art. 3º desta lei.

Ou seja, no Patrocínio o doador tem o direito do patrocinador divulgar seu nome, sendo assim, a empresa tem um retorno já que a mídia faz parte desta modalidade. Já a doação não ocorre esta divulgação. De acordo com Art. 24 da mesma Lei, equipara-se a doação:

I distribuições gratuitas de ingressos para eventos de caráter artístico-cultural por pessoa jurídica a seus empregados e dependentes legais; II despesas efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas com o objetivo de conservar, preservar ou restaurar bens de sua propriedade ou sob sua posse legítima, tombados pelo Governo Federal...

Os projetos culturais incentivados devem estar enquadrados nos Art. 18 ou Art. 26 da Lei 8.313/91, Lei Rouanet. Estes artigos diferem-se principalmente quanto ao limite da dedução do IR a pagar.

A Lei 8.313/91 traz dois artigos taxativos com objetivo de enquadrar os projetos culturais. Dispõe o artigo 18 e o artigo 26 os quais definem os tipos de segmentos culturais que podem ser projetos incentivados, com suas respectivas deduções. O Quadro 4 identifica quais projetos cada artigo compreende.

Quadro 4: Projetos abrangidos pelo art. 18 e art. 26 da Lei Rouanet

Art. 18	Art. 26
Artes cênicas: teatro, dança, circo, ópera, mímica	Teatro, dança, circo, ópera, mímica e congêneres;
Livros de valor artístico, literário ou humanístico	Produção cinematográfica, videográfica, fotográfica, discográfica e congêneres;
Música erudita ou instrumental	Literatura, inclusive obras de referência
Circulação de exposição de artes plásticas: pintura, escultura, gravura, exposição itinerante	Música;
Produção de obras cinematográficas e videofonográficas de curta e média metragem e preservação e difusão do acervo audiovisual;	Artes plásticas, artes gráficas, gravuras, cartazes, filatelia e outras congêneres;
Preservação do patrimônio cultural material e imaterial.	Folclore e artesanato;
Doações de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas, bem como treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para a manutenção desses acervos	Patrimônio cultural, inclusive histórico, arquitetônico, arqueológico, bibliotecas, museus, arquivos e demais acervos;
Construção e manutenção de salas de cinema e teatro, que poderão funcionar também como	Rádio e televisão, educativas e culturais, de caráter não-comercial.

centros culturais comunitários, em municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes	
---	--

Fonte: adaptado da Lei 8.313/91 (Art. 18 e 26).

Conforme Art. 18 desta Lei, o contribuinte pode deduzir do imposto de renda devido 100% do valor despendido para os projetos que se enquadram neste artigo. E de acordo com Art. 26 da mesma Lei, são permitidos deduzir do imposto de renda devido até 40% das doações e 30% dos patrocínios. Sendo também permitida a dedução como despesa operacional para fins de IRLP e CSLL sobre o Lucro Líquido. No Quadro 5, são demonstradas as 10 maiores empresas incentivadoras da Lei Rouanet em 2015.

Quadro 5: Maiores empresas incentivadoras da Lei Rouanet em 2015

	INCENTIVADOR	INCENTIVO R\$
1	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	55.931.970,46
2	Banco do Brasil S.A	36.533.512,76
3	Bradesco Vida e Previdência S/A	26.614.500,00
4	Banco Itaúcard S.A	25.427.877,15
5	Cielo S.A.	22.100.683,34
6	Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração	17.377.881,12
7	Banco BERJ S.A.	15.462.791,37
8	Redecard S/A	15.243.200,00
9	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)	14.371.861,71
10	Caixa Seguradora S/A	11.980.949,20

Fonte: Adaptado de Salicnet (2016).

O Quadro 5 mostra que em 2015 a empresa que mais incentivou projetos culturais foi o BNDES, empresa do ramo financeiro. Observa-se também que a maioria das empresas listadas no quadro a cima são do ramo financeiro, salvo a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) mais conhecida como Correios

2.7 PESQUISAS SIMILARES

Esta seção tem a finalidade de apresentar trabalhos que seguem a mesma linha ou tem a mesma temática do trabalho proposto. Será composto por monografias e artigos, com o propósito de comparar os resultados do trabalho em questão com as pesquisas já exploradas.

Para reunião dos trabalhos similares, foi feita a pesquisa por palavras chaves nas seguintes bases de dados: *spell*, *Google* acadêmico, BU UFSC, Congresso Brasileiro de Contabilidade.

Os trabalhos relacionados serão apresentados no Quadro 6, com as seguintes informações: autores e o ano da pesquisa, bem como objetivo e resultados da pesquisa, e o seu instrumento de pesquisa.

Quadro 6: Trabalhos correlatos

AUTOR ANO	OBJETIVO	RESULTADO	INSTRUMENTO DE PESQUISA OU OBSERVAÇÕES
Souza (2011)	Evidenciar a transparência dos benefícios fiscais obtidos pelas empresas incentivadoras da Lei Rouanet	Concluiu-se que a maioria das empresas investidoras não divulga tais benefícios oriundos da Lei Rouanet. Mostrando apenas o que lhe é conveniente, como a responsabilidade social.	Análise dos <i>Web Sites</i>
Bernardo (2012)	Apresentar as empresas, benefícios de a Lei Rouanet no IR, bem como o <i>marketing</i> social.	Verificou-se a existência de benefícios quanto à aplicação da Lei Rouanet, tanto para a publicidade da empresa incentivadora quanto a seus reflexos tributários.	Estudo de caso
Bier e Cavalheiro (2014)	Análise dos métodos de captação de recursos de empreendimentos culturais da Lei Rouanet e do <i>Crowdfunding</i> .	Concluiu-se que é possível afirmar que a Lei Rouanet é um importante instrumento para aplicação de recursos de fomento ao exercício dos direitos culturais.	Estudo de vários casos, de cunho predominantemente qualitativo e descritivo. As técnicas de coleta de dados utilizadas são a pesquisa bibliográfica, entrevista não estruturada, análise documental.
Woytuski(2015)	Evidenciar o reflexo tributário nas empresas que investem na Lei Rouanet.	Evidenciou-se reflexos positivos no que tange a parte tributária para empresas que optar por incentivar à cultura	Análise documental

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

O artigo de Souza (2011) trouxe uma interessante questão de pesquisa, analisou-se o outro lado deste benefício. A autora observou se as empresas que recebem tais benefícios fiscais divulgam tais informações de benefícios adquiridos em decorrência da doação, ou

apenas o que lhes convém. O artigo da autora foi evidenciado no quadro de trabalhos similares, pois a mesma analisou o incentivo fiscal da Lei Rouanet, o que traz similaridade quando a autora aborda os reflexos da lei nas empresas incentivadoras.

A pesquisa de Bernardo (2012) é semelhante ao trabalho proposto visto que o autor evidenciou também a destinação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a Lei Rouanet, porém a diferença foi em o autor focar no *Marketing* social que a Lei Rouanet proporciona.

O artigo de Bier e Cavalheiro (2014), evidenciaram uma pesquisa com foco nos métodos de captação de recursos da Lei Rouanet e o *Crrowdfunding*, contudo para obtenção do resultado foi preciso evidenciar a Lei Rouanet e seus mecanismos o que faz desta pesquisa que tenha algo em comum com o presente trabalho.

O trabalho de Woytuski (2015) foi um dos relacionados que segue mais próximo da linha proposta para o trabalho em questão. O autor teve o mesmo objetivo em analisar o reflexo tributário das empresas incentivadoras quanto à Lei Rouanet diferenciando-se os passos da fundamentação teórica para chegar à resposta de tal objetivo.

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo será abordada a análise e a verificação dos resultados por meio de demonstrações de resultados comparativas com incentivo e sem incentivo. Os demonstrativos serão evidenciados e analisados diante os dois artigos que a Lei Rouanet abrange, Art. 18 e Art. 26. Tais exemplos serão apresentados por meio de quadros comparativos, em que serão demonstrados os reflexos tributários da empresa MRV Engenharia, que possui o regime de tributação pelo lucro real.

A seguir se faz a apresentação dos dados e informações inerentes da empresa em questão de capital aberto no qual se levantou a DRE dos anos de 2010 até 2015 no qual não usufrui do benefício do incentivo fiscal da Lei Rouanet.

Quadro 7 – Demonstração de Resultado do Exercício MRV ENGENHARIA 2010 à 2015 – Sem incentivo fiscal da Lei Rouanet.

Conta	Descrição	01/01/2015 À 31/12/2015	01/01/2014 à 31/12/2014	01/01/2013 à 31/12/2013	01/01/2012 à 31/12/2012	01/01/2011 à 31/12/2011	01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.763.038	4.186.185	3.870.608	4.265.885	4.015.063	3.020.951
3.01.01	Receita Operacional Líquida	4.763.038	4.186.185	3.870.608	4.265.885	4.015.063	3.020.951
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.324.401	-3.002.072	-2.849.186	-3.074.431	-2.767.616	-2.044.107
3.02.01	Custo dos Imóveis Vendidos e dos Serviços Prestados	-3.324.401	-3.002.072	-2.849.186	-3.074.431	-2.767.616	-2.044.107
3.03	Resultado Bruto	1.438.637	1.184.113	1.021.422	1.191.454	1.247.447	976.844
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-940.302	-480.437	-552.604	-549.837	-354.424	-306.971
3.04.01	Despesas com Vendas	-457.636	-356.486	-269.779	-278.012	-224.345	-163.118
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-279.578	-259.160	-244.134	-228.511	-201.331	-146.858
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos						
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	41.961	45.659	69.940	-43.314	71.252	3.005
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-149.217	-125.194	-108.808			
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-95.832	214.744	177			
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	498.335	703.676	468.818	641.617	893.023	669.873
3.06	Resultado Financeiro	200.261	110.975	30.235	-35.341	9.594	90.625
3.06.01	Receitas Financeiras	277.946	223.017	167.249	112.724	146.323	130.646
3.06.01.01	Receitas Financeiras	196.111	161.387	128.748	99.120	122.960	100.469
3.06.01.02	Receitas Financeiras Provenientes dos Clientes por Incorporação de Imóveis	81.835	61.630	38.501	13.604	23.363	30.177
3.06.02	Despesas Financeiras	-77.685	-112.042	-137.014	-148.065	-136.729	-40.021
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	698.596	814.651	499.053	606.276	902.617	760.498
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-103.242	-63.251	-48.858	-31.439	-86.326	-85.299
3.08.01	Corrente	-117.427	-97.275	-67.053	-72.681	-59.152	-36.581
3.08.02	Diferido	14.185	34.024	18.195	41.242	-27.174	-48.718
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	595.354	751.400	450.195	574.837	816.291	675.199
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas						
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas						
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas						
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	595.354	751.400	450.195	574.837	816.291	675.199

Fonte: Dados da MRV Engenharia e Participações S.A. extraído do site da BM&FBOVESPA

3.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

O Quadro 8 apresenta os resultados da empresa MRV Engenharia com a simulação da empresa optar por incentivar a Lei Rouanet dentro do Art. 18. Tal artigo permite, segundo fundamentação do capítulo anterior, a dedução de 100% do valor no Imposto de Renda a pagar, onde esta condição de dedutibilidade total esta condicionada ao limite de 4% do IR devido, ou seja, se ultrapassar este limite, deve-se fazer ajustes no LALUR.

O Quadro 8 demonstra as respectivas destinações a um projeto enquadrado no artigo 18 da Lei Rouanet. Nota-se que tais incentivos estão sendo deduzidos seus valores integrais do IR a pagar respectivamente, conforme consta no referido Quadro 8. Atenta-se que o limite total para dedução é 4% do IR a pagar (15%) exceto a porcentagem de adicional, ou seja, neste exemplo a empresa encontra-se dentro do limite permitido.

Nota-se também no Quadro 8, os mesmos valores para a conta ‘resultado antes dos tributos sobre o lucro’ para simulação ‘com incentivo’ e ‘sem incentivo’. Este acontece, pois os projetos enquadrados no artigo 18 não são passíveis da dedução como despesas operacionais, ou seja, não afeta o resultado da empresa, para fins fiscais, onde a demonstração contábil fica inalterada, pois o LALUR demonstra que o lucro líquido fiscal será igual ao contábil.

Sendo assim, a empresa que desejar incentivar dentro do artigo 18, terá seu resultado inalterável, obtendo a diferença apenas no valor destinado ao IR.

Quadro 8 – Demonstração do cálculo do incentivo fiscal - Lei Rouanet Art. 18

Conta	Descrição	01/01/2015 à 31/12/2015	01/01/2014 à 31/12/2014	01/01/2013 à 31/12/2013	01/01/2012 à 31/12/2012	01/01/2011 à 31/12/2011	01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.763.038	4.186.185	3.870.608	4.265.885	4.015.063	3.020.951
3.01.01	Receita Operacional Líquida	4.763.038	4.186.185	3.870.608	4.265.885	4.015.063	3.020.951
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.324.401	-3.002.072	-2.849.186	-3.074.431	-2.767.616	-2.044.107
3.02.01	Custo dos Imóveis Vendidos e dos Serviços Prestados	-3.324.401	-3.002.072	-2.849.186	-3.074.431	-2.767.616	-2.044.107
3.03	Resultado Bruto	1.438.637	1.184.113	1.021.422	1.191.454	1.247.447	976.844
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-940.302	-480.437	-552.604	-549.837	-354.424	-306.971
3.04.01	Despesas com Vendas	-457.636	-356.486	-269.779	-278.012	-224.345	-163.118
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-279.578	-259.160	-244.134	-228.511	-201.331	-146.858
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos						
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	41.961	45.659	69.940	-43.314	71.252	3.005
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-149.217	-125.194	-108.808			
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-95.832	214.744	177			
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	498.335	703.676	468.818	641.617	893.023	669.873
3.06	Resultado Financeiro	200.261	110.975	30.235	-35.341	9.594	90.625
3.06.01	Receitas Financeiras	277.946	223.017	167.249	112.724	146.323	130.646
3.06.01.01	Receitas Financeiras	196.111	161.387	128.748	99.120	122.960	100.469
3.06.01.02	Receitas Financeiras Provenientes dos Clientes por Incorp de Imóveis	81.835	61.630	38.501	13.604	23.363	30.177
3.06.02	Despesas Financeiras	-77.685	-112.042	-137.014	-148.065	-136.729	-40.021
3.07	Resultado Antes do Benefício	698.596	814.651	499.053	606.276	902.617	760.498
	Lei Rouanet – Art. 18 100%	-4.192	-4.888	-2.994	-3.638	-5.416	-4.563
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	698.596	814.651	499.053	606.276	902.617	760.498
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-99.050	-58.363	-45.864	-27.801	-80.910	-80.736
3.08.01	Corrente	-117.427	-97.275	-67.053	-72.681	-59.152	-36.581
3.08.02	Diferido	14.185	34.024	18.195	41.242	-27.174	-48.718
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	496.304	693.037	404.331	547.036	735.381	594.463
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas						
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas						
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas						
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	496.304	693.037	404.331	547.036	735.381	594.463

Fonte: Dados da Pesquisa com base nos dados da MRV S.A. extraída do site da BM&FBOVESPA

Abaixo será apresentado o quadro comparativo da empresa MRV Engenharia, simulando o caso com incentivo dentro do artigo 26 (patrocínio) da Lei Rouanet. Atenta-se que neste artigo para esta modalidade de incentivo a dedução do IR devido é de até 30%, diferentemente do exemplo anterior.

O Quadro 9 demonstra o valor do patrocínio dentro do limite geral (4%), sendo que a diferença para esta simulação é quanto à dedução do IR devido e o Lucro Líquido. Na forma do artigo 26 - patrocínio, como se pode verificar no Quadro 9, as empresas podem deduzir 30% do valor destinado.

Outra diferença nesta forma de incentivo é quanto ao ‘resultado antes dos tributos’, o qual houve alteração conforme comparação do quadro com incentivo do sem incentivo. Tal diferença é consequência do incentivo praticado nesta modalidade, o qual pode ser lançado como “despesa operacional”, o que afeta o lucro líquido da empresa.

Como o valor destinado para este fim é dedutível como “despesa operacional”, nota-se diferença entre o lucro líquido contábil e a base de cálculo do IRPJ. Tal diferença reflete de maneira positiva para a empresa, pois faz com que a mesma pague menos tributos que na simulação ‘sem incentivo’.

Contudo, nota-se que no caso apresentado no Quadro 9 além da empresa poder deduzir 30% no IR devido, esta também pode contabilizar o patrocínio como despesa operacional, o que reflete menos gasto com tributos.

Quadro 9 – Demonstração do cálculo do incentivo fiscal - Lei Rouanet Art. 26 (patrocínio).

Conta	Descrição	01/01/2015 à 31/12/2015	01/01/2014 à 31/12/2014	01/01/2013 à 31/12/2013	01/01/2012 à 31/12/2012	01/01/2011 à 31/12/2011	01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.763.038	4.186.185	3.870.608	4.265.885	4.015.063	3.020.951
3.01.01	Receita Operacional Líquida	4.763.038	4.186.185	3.870.608	4.265.885	4.015.063	3.020.951
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.324.401	-3.002.072	-2.849.186	-3.074.431	-2.767.616	-2.044.107
3.02.01	Custo dos Imóveis Vendidos e dos Serviços Prestados	-3.324.401	-3.002.072	-2.849.186	-3.074.431	-2.767.616	-2.044.107
3.03	Resultado Bruto	1.438.637	1.184.113	1.021.422	1.191.454	1.247.447	976.844
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-940.302	-480.437	-552.604	-549.837	-354.424	-306.971
3.04.01	Despesas com Vendas	-457.636	-356.486	-269.779	-278.012	-224.345	-163.118
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-279.578	-259.160	-244.134	-228.511	-201.331	-146.858
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos						
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	41.961	45.659	69.940	-43.314	71.252	3.005
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-149.217	-125.194	-108.808			
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-95.832	214.744	177			
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	498.335	703.676	468.818	641.617	893.023	669.873
3.06	Resultado Financeiro	200.261	110.975	30.235	-35.341	9.594	90.625
3.06.01	Receitas Financeiras	277.946	223.017	167.249	112.724	146.323	130.646
3.06.01.01	Receitas Financeiras	196.111	161.387	128.748	99.120	122.960	100.469
3.06.01.02	Receitas Financeiras Provenientes dos Clientes por Incorp de Imóveis	81.835	61.630	38.501	13.604	23.363	30.177
3.06.02	Despesas Financeiras	-77.685	-112.042	-137.014	-148.065	-136.729	-40.021
	Patrocínio – Art. 26 da Lei Rouanet	-4.192	-4.888	-2.994	-3.638	-5.416	-4.563
3.07	Resultado Antes dos Tributos	694.404	814.651	499.053	606.276	902.617	760.498
	Lei Rouanet – Art. 26 Patrocínio 30%	-1.257	-1.466	-898	-1.091	-1.625	-1.369
3.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	694.404	814.651	499.053	606.276	902.617	760.498
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-102.633	-63.217	-48.857	-31.466	-86.290	-85.328
3.08.01	Corrente	-117.427	-97.275	-67.053	-72.681	-59.152	-36.581
3.08.02	Diferido	14.185	14.185	14.185	14.185	14.185	14.185
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	488.529	668.344	397.328	516.314	771.360	652.774
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas						
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas						
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas						
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	488.529	668.344	397.328	516.314	771.360	652.774

Fonte: Dados da Pesquisa com base nos dados da MRV S.A. extraída do site da BM&FBOVESPA

Segue Quadro 10, o qual simula sob forma de doação o Art. 26 da Lei Rouanet da empresa MRV Engenharia, tal qual permite a dedução de 40% da doação no IR devido.

O Quadro 10 segue a mesma linha exemplo anterior, visto que os dois casos referem-se ao mesmo artigo, porém diferem-se única e exclusivamente pelo limite previsto da dedução.

Esta modalidade de doação permite-se a dedução de uma parcela pouco maior que o patrocínio, visto que no patrocínio há também outros benefícios às empresas, como divulgação da marca e *marketing* direto.

Por conseguinte, o exemplo da doação afeta as mesmas contas que a opção pelo patrocínio: base e cálculo dos tributos e o lucro líquido. Diferem-se apenas os valores, este qual a empresa teve uma redução da carga tributária pouco maior que na forma de patrocínio.

Quadro 10: Demonstração do cálculo do incentivo fiscal - Lei Rouanet Art. 26 (doação).

Conta	Descrição	01/01/2015 à 31/12/2015	01/01/2014 à 31/12/2014	01/01/2013 à 31/12/2013	01/01/2012 à 31/12/2012	01/01/2011 à 31/12/2011	01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.763.038	4.186.185	3.870.608	4.265.885	4.015.063	3.020.951
3.01.01	Receita Operacional Líquida	4.763.038	4.186.185	3.870.608	4.265.885	4.015.063	3.020.951
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.324.401	-3.002.072	-2.849.186	-3.074.431	-2.767.616	-2.044.107
3.02.01	Custo dos Imóveis Vendidos e dos Serviços Prestados	-3.324.401	-3.002.072	-2.849.186	-3.074.431	-2.767.616	-2.044.107
3.03	Resultado Bruto	1.438.637	1.184.113	1.021.422	1.191.454	1.247.447	976.844
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-940.302	-480.437	-552.604	-549.837	-354.424	-306.971
3.04.01	Despesas com Vendas	-457.636	-356.486	-269.779	-278.012	-224.345	-163.118
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-279.578	-259.160	-244.134	-228.511	-201.331	-146.858
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos						
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	41.961	45.659	69.940	-43.314	71.252	3.005
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-149.217	-125.194	-108.808			
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-95.832	214.744	177			
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	498.335	703.676	468.818	641.617	893.023	669.873
3.06	Resultado Financeiro	200.261	110.975	30.235	-35.341	9.594	90.625
3.06.01	Receitas Financeiras	277.946	223.017	167.249	112.724	146.323	130.646
3.06.01.01	Receitas Financeiras	196.111	161.387	128.748	99.120	122.960	100.469
3.06.01.02	Receitas Financeiras Provenientes dos Clientes por Incorp de Imóveis	81.835	61.630	38.501	13.604	23.363	30.177
3.06.02	Despesas Financeiras	-77.685	-112.042	-137.014	-148.065	-136.729	-40.021
	Doação - Lei Art. 26 da Lei Rouanet	-4.192	-4.888	-2.994	-3.638	-5.416	-4.563
3.07	Resultado Antes do Benefício	694.404	814.651	499.053	606.276	902.617	760.498
	Lei Rouanet – Art. 26 Doação 40%	-1.677	-1.955	-1.198	-1.455	-2.166	-1.825
3.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	692.728	812.696	497.855	604.821	900.451	758.673
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-102.385	-63.065	-48.740	-31.390	-86.083	-85.123
3.08.01	Corrente	-117.427	-97.275	-67.053	-72.681	-59.152	-36.581
3.08.02	Diferido	14.185	14.185	14.185	14.185	14.185	14.185
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	487.101	666.541	396.247	514.935	769.401	651.154
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas						
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas						
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas						
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	487.101	666.541	396.247	514.935	769.401	651.154

Fonte: Dados da Pesquisa com base nos dados da MRV S.A. extraída do site da BM&FBOVESPA

3.2 VANTAGENS E DESVANTAGENS DA LEI ROUANET

Abaixo segue Quadro 11 o qual tem por objetivo sintetizar entre os dois artigos que a Lei Rouanet dispõe e dentre doação e patrocínio, qual é o mais vantajoso na empresa quando optar por utilizar o benefício do incentivo fiscal.

Tabela 1: Comparativo nos resultados entre Art. 18 e Art. 26; doação e patrocínio na empresa MRV

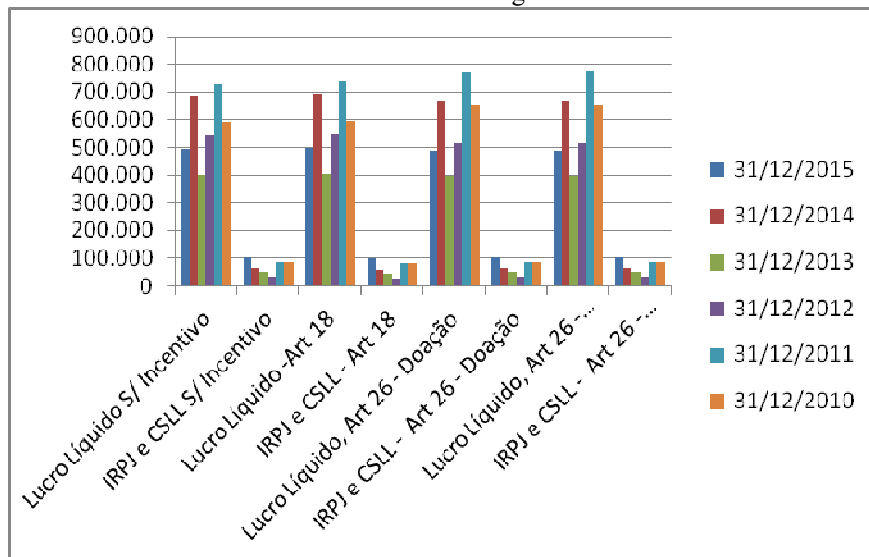
Descrição	01/01/2015	01/01/2014	01/01/2013	01/01/2012	01/01/2011	01/01/2010	Total	Diferenças
	à	à	à	à	à	à		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010		
Lucro Líquido S/ Incentivo	492.112	688.149	401.337	543.398	729.965	589.900	3.444.861	0
IRPJ e CSLL S/ Incentivo	103.242	63.251	48.858	31.439	86.326	85.299	418.415	0
Lucro Líquido -Art 18	492.112	688.149	401.337	543.398	729.965	589.900	33.470.551	2-25.690
IRPJ e CSLL - Art 18	99.050	58.363	45.864	27.801	80.910	80.736	392.725	25.690
Lucro Líquido, Art 26 - Doação	487.101	666.541	396.247	514.935	769.401	651.154	3.485.378	-40.517
IRPJ e CSLL - Art 26 - Doação	102.385	63.065	48.740	31.390	86.083	85.123	416.787	1.628
Lucro Líquido, Art 26 - Patrocínio	488.529	668.344	397.328	516.314	771.360	652.774	3.494.649	-49.788
IRPJ e CSLL - Art 26 - Patrocínio	102.633	63.217	48.857	31.466	86.290	85.328	417.791	624

Fonte: Dados da Pesquisa com base nos dados da MRV S.A.extraída do site da BM&FBOVESPA

Nota-se no Tabela 1 11, em relação aos aspectos tributários, a mais vantajosa entre as opções a escolha por incentivar os projetos culturais previstos no artigo 18 da Lei Rouanet. Motivo pelo qual a empresa pode deduzir 100% do valor. Porém visto do ponto de vista do benefício em geral, leva-se em consideração a opção pelo artigo 26 na forma de patrocínio. Visto que, este incentivo permite à empresa incentivadora divulgar a marca no projeto. O que pode gerar benefícios em longo prazo.

No Gráfico 1 visualiza-se que os anos de 2011 e 2014 forma mais lucrativos e com menores de impostos de renda e contribuição social a pagar, com isso pode-se inferir que fazer uso dos benefícios fiscais e ainda incentivar a cultura (doação, patrocínio) faz bem para o fluxo de caixa da empresa, que pode incentivar também outros projetos ou ainda em outras formas de dedutibilidade.

Gráfico 1: Reflexos nos resultados da MRV Engenharia com Incentivo Fiscal da Lei Rouanet.



Fonte: Dados da Pesquisa com base nos dados da MRV S.A. extraída do site da BM&FBOVESPA

A seguir apresentar-se-á análises dos resultados procurando conectar com os resultados do presente trabalhos com as pesquisa similares apresentadas na seção de fundamentação teórica.

3.3 ANÁLISES DOS RESULTADOS

De modo geral, analisando os dois artigos que dispões Lei Rouanet, verificaram-se as principais diferenças entres os mesmos. No que diz respeito ao artigo 18, a empresa pode deduzir 100% do valor em seu IR devido, porém tal valor não é possível contabilizá-lo como despesa operacional nas demonstrações contábeis da empresa. Isto é, considerando uma empresa X que tem um gasto correspondente a R\$ 500 mil ao ano de IR, então 4% (R\$ 20 mil reais) deste valor pode ser remetido a um projeto cultural, sem que a empresa tenha custos adicionais. Sendo assim, não há economia de gastos, porém há uma distribuição de riqueza.

O artigo 26 não permite a dedução integral do valor destinado, porém permite que tal destinação seja contabilizada como despesa operacional. Também interessante ressaltar o incentivo cultural na forma de patrocínio, o qual gera direito à publicidade da marca da empresa em relação ao projeto.

Frente aos trabalhos similares na seção 2.7 (na página34), verificou-se em todas as abordagens da Lei Rouanet, porém cada qual trouxe também áreas diferentes da referida Lei. Como forma de mostrar a contribuição do trabalho, resgatou-se parte do Quadro 6 para

evidenciar em que o presente trabalho avançou, se equiparou ou não foi possível observar no quadro 11:

Quadro 11: Análises das pesquisas correlatas

Autor (Ano)	Resultado das Pesquisas Similares	Comparação da presente pesquisa
Souza (2011)	Concluiu-se que a maioria das empresas investidoras não divulga tais benefícios oriundos da Lei Rouanet. Mostrando apenas o que lhe é conveniente, como a responsabilidade social.	Avançou em relação ao trabalho mostrando que a legislação não permite que se divulgue quando se trata de doação, apenas quando é patrocínio.
Bernardo (2012)	Verificou-se a existência de benefícios quanto à aplicação da Lei Rouanet, tanto para a publicidade da empresa incentivadora quanto a seus reflexos tributários.	Não foi possível observar, dado que o presente estudo de caso não teve acesso ao LALUR, e também não se constatou a utilização do <i>marketing</i> social
Bier e Cavalheiro (2014)	Concluiu-se que é possível afirmar que a Lei Rouanet é um importante instrumento para aplicação de recursos de fomento ao exercício dos direitos culturais.	O trabalho mostra que o aproveitamento do benefício de contribuir com a Lei Rouanet é em algumas situações forma de captar recursos com as próprias operações, melhorando o fluxo de caixa da empresa no exercício seguinte a transferência ou participação em projetos da Lei
Woytuski(2015)	Evidenciou-se reflexos positivos no que tange a parte tributária para empresas que optar por incentivar à cultura	Assim como o presente trabalho, também evidencio reflexos positivos em utilização dos benefícios da Lei Rouanet

Fonte: Pesquisas similares e dados da pesquisa (2016)

Dado o trabalho similar de Bernardo (2012), o autor analisou também o efeito do *marketing* social institucional, visto que o presente trabalho apenas destacou a permissão de tal publicidade e ateve-se mais ao reflexo tributário da Lei na empresa.

Notou-se também grande similaridade deste com o trabalho feito por Woytuski (2015), diferenciando-se que este trouxe exemplos de empresas que destinam recursos à Lei Rouanet e análise entre os meios que a Lei Rouanet dispõe para incentivo em uma empresa específica.

4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Neste capítulo serão apresentadas as considerações finais, quanto ao problema de pesquisa, quanto aos objetivos que foram atendidos e as limitações encontradas durante o processo de pesquisa.

4.1 QUANTO AO PROBLEMA DE PESQUISA

O presente trabalho trouxe como problema de pesquisa a seguinte questão: “Quais os reflexos tributários no resultado da empresa que usufrui do incentivo fiscal da Lei Rouanet nos Arts. 18 e 26?”.

Acredita-se que o problema foi respondido de acordo com capítulo 3, seção 3.1 a qual apresentou as simulações para cada artigo (Art. 18 e Art. 26) que dispõe a Lei Rouanet na empresa MRV Engenharia caso a mesma optasse por beneficiar-se do incentivo fiscal. A seção 3.2 trouxe ao trabalho a apresentação da análise dos resultados da seção anterior.

Conclui-se que as diferentes formas de incentivo à cultura, por meio da Lei Rouanet nas modalidades patrocínio e doação, podem refletir de diferentes formas nos resultados tributários de uma empresa. Seja refletindo no Lucro Líquido, ou na base de cálculo dos tributos. Tais diferenças sucedem principalmente dos limites dedutíveis permitidos na Lei Rouanet para cada artigo.

4.2 QUANTO AOS OBJETIVOS DE PESQUISA

O objetivo geral deste trabalho foi de “Mostrar os reflexos tributários no resultado da empresa que usufrui do incentivo fiscal da Lei Rouanet nos Arts. 18 e 26”.

O objetivo geral foi respondido mediante aos objetivos específicos, que tem a função de apresentar a definição de diversas temáticas para que o objetivo geral seja compreendido.

A escolha da melhor opção para participar da Lei Rouanet, deve ser analisada pelos propósitos e objetivos da empresa. No qual se deve levar em consideração qual é a opção mais interessante para a empresa, seja a publicidade da marca, a contabilização do fato como despesa operacional, ou apenas deduzir parte ou total do valor no IR devido.

4.3 LIMITAÇÕES

Ao elaborar o trabalho, houve algumas limitações quanto à disponibilidade de trabalhos e artigos relacionados ao assunto, bem como a carência de livros que tratam dos incentivos fiscais Federais, assim como especificamente da Lei Rouanet.

Outra limitação encontrada foi em obter os demonstrativos contábeis e fiscais de casos concretos referente à prática de empresas na região da grande Florianópolis que destinam parte de seus recursos a projetos culturais previstos na Lei Rouanet.

4.4 RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

Recomenda-se explorar mais o assunto tratado visto que a deficiência de informações foi uma limitação encontrada na elaboração do trabalho. Deste modo, consideram-se relevantes futuras pesquisas sobre o tema, contudo contemplar outras áreas do assunto em questão. Medida na qual agrega valor a prática dos incentivos fiscais, bem como o incentivo fiscal à cultura.

Recomenda-se também explorar os incentivos fiscais da Lei Rouanet perante pessoa física a qual também tem a opção de colaborar e deduzir a parcela devida do imposto de renda pessoa física, bem como explorar os diversos outros tipos de incentivos os quais agregam valor a sociedade e seu desenvolvimento.

REFERÊNCIA

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. **Imposto de renda das empresas**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BARBOZA, Amarildo Almeida et al. **Imposto de renda das empresas tributadas pelo lucro real**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BERNARDO, Gilberto Rezendes. **Aplicação da Lei Rouanet**: Destinação Do Imposto De Renda Pessoa Jurídica Com Ênfase No Desenvolvimento Do *Marketing* Social Institucional. 2012. 80p. Monografia (curso de ciências contábeis). Departamento de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul de Santa Catarinense - UNESC. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/1735/1/Gilberto%20Rezendes%20Bernardo.pdf>> Acesso em: 29 de out. de 2016.

BIER, Clerilei Aparecia; CAVALHEIRO, Ricardo Alves. **Lei Rouanet X Crowdfunding: Fomentando os empreendimentos culturais** Revista Pensamento Contemporâneo em Administração. Rio de Janeiro. V. 8 n.2, p.30-47. Jun 2015. Disponível em: <[file:///C:/Users/Taynara%20Schappo/Downloads/Bier_Cavalheiro_2015_Lei-Rouanet-x-Crowdfunding--fo_36842%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Taynara%20Schappo/Downloads/Bier_Cavalheiro_2015_Lei-Rouanet-x-Crowdfunding--fo_36842%20(1).pdf)> Acesso em: 29 de out. de 2016.

BM&FBOVESPA, **MRV Engenharia e Participações S.A.** Relatórios Financeiros. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm> Acesso em: 07 de dez. de 2016.

BRASIL. **Decreto nº 3.000/99** - Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3000.htm Acesso em: 17 de out de 2016.

BRASIL. **Decreto nº 5.761/2006** - Regulamenta a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5761.htm> Acesso em: 18 de out. e 2016.

BRASIL. **Instrução Normativa SRF nº 267/2002** - Dispõe sobre os incentivos fiscais decorrentes do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=15148&visao=anotado>> Acesso em: 20 de out. de 2016.

BRASIL. **Instrução Normativa SRF nº 390/2004** - Dispõe sobre a apuração e o pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=15288>>. Acesso em: 20 e out. de 2016.

BRASIL. **Lei 7.505/86**. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7505.htm>. Acesso em: 9 de out de 2016.

BRASIL. **Lei 8.313/91** - Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm>. Acesso em: 20 de out. e 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.874/99** - Altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9874.htm> Acesso em: 17 de out. de 2016.

Cartilha Sobre Uso dos Incentivos Fiscais Federais. **Lei Rouanet**: Disponível em: <<http://www.interfarma.org.br/uploads/biblioteca/41-renuncia-fiscal-digital.pdf>> Acesso em: 16 de out. 2016.

Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP. **Programa de apoio ao incentivo: P.A.I (LEI ROUANET)**. Disponível em: <http://www.ciespsorocaba.com.br/documentos/Patrocinio_Lei_Rouant_Informacoes_para_a_Contabilidade.pdf>. Acesso em: 22 de out. de 2016.

CHAVES, Francisco Coutinho. **Planejamento tributário na prática: gestão tributária aplicada**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ESTIGARA, Adriana; LEWIS, Sandra A. Lopes Barbon; PEREIRA, Reni. **Responsabilidade social e incentivos fiscais**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. **Apoie a Cultura** 2016. Disponível em: <<http://www.fundacaoculturaldecuitiba.com.br/>> Acesso em: 29 de Set. de 2016.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre, RS, UFRGS, 2009.

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 3a ed. Rio De Janeiro: Record, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

INSTITUTO ETHOS 2016. Disponível em: < <http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Gloss%C3%A1rio-Indicadores-Ethos-V2013-09-022.pdf>> Acesso em: 29 de Set. de 2016

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 1987.

IZIDORO, M. A. e JACINTO, A. M. D. **Análise sobre os impactos da lei de incentivo e cultura (Lei Rouanet) nos resultados de uma concessionária de rodovias: um estudo de caso**. Disponível em: < <http://revistauniversitas.inf.br/index.php/UNIVERSITAS/article/viewFile/189/129> > Acesso em: 01 dez. 2016.

MINISTÉRIO DA CULTURA Minc. **Incentivo fiscal**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/>> Acesso em: 17 de out. de 2016.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 15.ed. São Paulo: ed. Atlas, 2009.

MRV Engenharia. Investidores. 2016. Disponível em:<<http://ri.mrv.com.br/Show/Historico-e-Perfil-Corporativo?=ES3R/GZOtNPj2v78ZghvHQ>> Acesso em: 12 de dez. de 2016. OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade tributária**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2004

Sistema de Apoio às Leis de Incentivo a Cultura, SALICNet. **Maiores incentivadores**. Disponível em: <<http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet/Salicnet.php#>> Acesso em: 20 de out. 2016

SOUZA, Beatriz Ventura de. **Contribuições dos incentivos fiscais: Responsabilidade X Benefícios**. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis295845>>. Acesso em: 29 out. de 2016.

Vieira, Eleonora Milano Falcão e Moraes, Marialice. **Técnicas de pesquisa**. Santa Catarina: UFSC, 2014.

WOYTUSKI, Rodrigo de Oliveira. **Os incentivos fiscais com enfoque na Lei Rouanet**. 2015. 55 p. Monografia (Curso de Ciências Contábeis) - Departamento de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/16311>. Acesso em: 29 de out. de 2016.